

São Paulo, 3 de julho de 2017.

Ilmo. Sr.

Romero Jucá

Presidente Interino do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Senhor Presidente,

A Constituinte de 1988 foi um dos processos mais democráticos, profundos e modificadores da nossa história recente. Foi o momento em que o País se rediscutiu, revisou seus preceitos e estabeleceu os parâmetros para assegurar os direitos essenciais da sociedade, sobretudo do ponto de vista das liberdades democráticas.

Não há a mínima dúvida sobre o protagonismo do PMDB neste processo. O PMDB foi o conciliador, o proponente e o formulador do consenso sobre o desejo, sobre as necessidades e os anseios da sociedade brasileira, em especial, na sobreposição dos direitos elementares do ser humano diante das possíveis forças de exploração sobre o próximo.

Com a ação peemedebista, concluímos o projeto dos positivistas brasileiros, que desde o Império tentavam estabelecer os direitos elementares do cidadão numa Carta Magna. Se a consigna positivista cravejou nossa bandeira (Ordem e Progresso), os conceitos de justiça, fraternidade, solidariedade e desenvolvimento, idealizados por esta corrente de pensamento, foram estampados na Constituição.

Consagramos direitos adquiridos, consolidamos anseios sociais e pavimentamos o caminho para os avanços que vieram sequencialmente. Estabelecemos ainda, no campo econômico, pilares estruturais que, infelizmente, ainda não foram postos em prática e que hoje se transformaram no principal entrave para o nosso desenvolvimento, em especial, no que se refere aos abusos do sistema financeiro.

Na esfera social, asseguramos a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a Previdência Social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, entre outros direitos que fundamentaram programas que libertaram milhões de brasileiros do desamparo histórico a que foram submetidos.

No campo sindical, o PMDB lutou para garantir os princípios elementares para fortalecer as entidades sindicais e as lutas dos trabalhadores, consagrando o direito de greve, a redução da jornada de trabalho para 44 horas, mantendo a unicidade sindical e a contribuição compulsória, instrumentos fundamentais para a independência dos trabalhadores. Foi de um peemedebista, do deputado José Fogaça, a lavra do Artigo 8º da Constituição.

No decorrer da sua História, o PMDB, em certa medida, sintetizou a representação coerente dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, ouvindo e dando voz aos anseios do povo pobre, do setor produtivo nacional e dos trabalhadores, participando ativamente no Congresso Nacional dos avanços conquistados pela sociedade brasileira, sobretudo nas últimas duas décadas, onde o País conseguiu, a duras penas, suspirar sonhos da implementação de políticas públicas que deram oportunidades aos menos favorecidos.

O Brasil ingressou numa crise institucional. Por meio de um processo parlamentar e da deposição da presidente eleita democraticamente, o PMDB chegou à Presidência da República, prometendo a conciliação nacional, o diálogo entre os mais diversos setores da sociedade, em busca da pacificação do País e da promoção de mudanças que modernizariam o sistema produtivo, gerariam empregos, preservando os direitos elementares dos trabalhadores brasileiros.

Grande parte do movimento sindical e da sociedade se abriu para o diálogo. Acreditamos, da mesma forma que o fizemos em governos anteriores, no debate, na busca de soluções. Desde o princípio, tentamos construir uma proposta consensual que efetivamente promovesse alterações e modernizações saudáveis para o País e para o mercado do trabalho.

Desde o início combatemos as propostas que iriam promover ainda mais a fissura e divisão do Brasil, pois estavam embasadas em premissas equivocadas e, até mesmo, criminosas, ao não levar em consideração os interesses do País e a proteção dos menos favorecidos.

Tão logo esquentaram a cadeira, uma pequena corte palaciana, por interesses e conchavos impúblicáveis, até mesmo por sobrevivência indulgente, passou a atuar como tropa de choque de uma casta improdutiva e estúpida, que quer impor ao Brasil a ampliação da exploração do homem sobre o homem, implodindo a economia do País e o jogando no caos social, que envergonha todo e qualquer cidadão que tenha o mínimo de sensibilidade.

Para atender aos interesses de grandes grupos econômicos e do setor financeiro, impôs ao Parlamento e à sociedade brasileira uma reforma previdenciária e trabalhista que devasta por completo todo e qualquer direito dos trabalhadores. Digna de governos autoritários, diante da majoritária repulsa do povo brasileiro, o governo tenta aprovar tais medidas, expondo o parlamento brasileiro a um vexatório papel de subscritor de deletérias alterações legislativas, que causarão sofrimento, fome, desregulamentação do mercado de trabalho e até mesmo o óbito político de muitos que seguirão cegamente o caminho do abismo.

Jamais se viu tamanha irresponsabilidade na História do Brasil. Não há como um brasileiro, sobretudo, um peemedebista consciente, não sentir vergonha e indignação diante disso tudo, em especial, da postura e da prática de uma pequena organização que tomou de assalto o poder e considera que as reformas de subtração dos direitos do povo são o único caminho para postergar a sua derrocada. A História não perdoará e a Justiça será feita.


Não temos mais um governo. O Poder Executivo e parte do Legislativo foram transformados num bunker para evitar a queda daqueles que se especializaram em agir em benefício próprio, relegando o interesse público às páginas marginais da História.

Não há, portanto, após mais de 30 anos de militância peemedebista, permanecer filiado ao Partido que, sob o comando de uma pequena cúpula, afronta o programa partidário; ignora os anseios e a vontade do povo; promove a destruição da Constituição de 1988; enxovalha a democracia duramente conquistada; desrespeita e desmoraliza os Poderes da República; rasga os direitos trabalhistas e sociais; avilta os direitos previdenciários e enterra os sonhos da construção de uma Nação mais justa e igualitária.

Renuncio à Presidência do Núcleo Nacional do PMDB-Sindical e comunico minha desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sigo minha trajetória de luta. Sigo firme os meus princípios. Como dizia Ulysses: “A história nos desafia para grandes serviços, nos consagrará se os fizermos, nos repudiará se desertarmos”.

Não desertarei à minha consciência e seguirei combatendo nas trincheiras do povo, defendendo os interesses dos trabalhadores e em busca da consolidação de uma Nação independente, democrática e onde a Educação seja a principal arma de libertação dos brasileiros, revertendo o retrocesso imposto por estes que rasgaram a História do PMDB, estão matando politicamente o Partido e enxovalharam a memória e a trajetória dos principais líderes que doaram seu sangue pela construção de uma Pátria justa.


Antonio Fernandes dos Santos Neto